

Lusofonia, Direitos Linguísticos e Política Universitária Contributos para um Direito das Identidades Culturais

PAULO FERREIRA DA CUNHA *

*“Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...*

*Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!*

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,*

*Em que da voz materna ouvi: ‘meu filho!’
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho”*

Olavo Bilac – *Língua Portuguesa*

JURISMAT, Portimão, n.º 4, 2014, pp. 91-101.

* Professor Catedrático, Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

I. Língua, Pensamento, Cultura e Política

A Lusofonia implica uma preocupação com os falantes e os países dos falantes da nossa Casa comum de pensamento, a Língua, mas também com a própria Língua.

Não é politicamente correto dizer-se, mas quem poderá negar que há uma hegemonia linguística pela via da comunicação social, aí avultando a *Internet* e as notícias e programas numa televisão globalizada, e, no plano cultural, especialmente o cinema e a canção?

No cinema, os filmes falados em inglês são a moeda corrente. E as empresas distribuidoras e importadoras quase não permitem hoje que se veja senão cinema estadunidense. São raras as exceções nas grandes cadeias, supermercados de cinema. É um achado ver-se em Portugal um filme europeu, fora dos locais seletos de muito pouca frequência.

Convenhamos que a dobragem do filme na língua nacional (como fazem sistematicamente os Espanhóis, por exemplo) é uma solução chauvinista, que não permite sentir o espírito dos falantes. Nós não iríamos por aí... Até porque é preciso que se saibam línguas estrangeiras, sem que a elas fiquemos enfeudados, e à cultura que transportam.

Na música, com exceção de casos de revivalismo, em que há um pouco mais de variedade linguística, ocorre que mesmo novos autores nacionais de vários países se procuram fazer entender (ou não) numa versão próxima da norma estadunidense, por imitação dos respetivos modelos. Mais ainda que invasão, há capitulação, há imitação, e muitas vezes sem rasgo nenhum. E quiçá mais relevante (e grave) ainda.

É óbvio que aquelas referidas manifestações culturais têm o seu lugar, e não se retira a glória a grandes monstros sagrados da música que, a partir do final da II Guerra Mundial, deu novos sons às angústias e aspirações juvenis. Não seríamos quem somos sem os Beatles, os Queen, os Rolling Stones... Todos eles já fazendo, entre os jovens mais vanguardistas, figura de pré-jurássicos.

Mas a uniformização linguística em música (e sobretudo provincianismo e mimetismo nesse terreno) ataca a identidade cultural nacional e, além disso, a diversidade cultural, e também de pensamento. Cada língua é uma *forma mentis*, tal como Pessoa disse que cada pátria seria “todo o mundo a sós”. De tanto ouvirmos músicas e vermos filmes numa língua tenderemos a pensar como os falantes dessa língua. Já houve casos anteriores, com o francês. Mas este tinha ainda a matriz latina a ajudar um pouco... Ouvir que umas pessoas têm as suas “diferenças” com outra, que se deve “implementar” uma política, ou perguntar se o outro está a “realizar” o que queremos dizer são abominações, crimes de lesa Português, infelizmente cada vez

mais frequentes... e ditas sem culpa, porque decorrendo de uso. Qualquer dia serão Português mesmo.

Obviamente que não defendemos a teoria da tia de Fradique Mendes, de um também provinciano isolacionismo linguístico.¹ Achamos deveras excelente que, desde crianças, os cidadãos aprendam, hoje, o inglês, língua fácil (para ser mal falada e mal escrita; para o ser bem, das mais difíceis, pela sua caprichosa gramática, que contudo os que a sabem pouco acham fácil...) e universal. Mas, em contrapartida, há sinais de globalização linguística empobrecedora e sobretudo de provincianismo linguístico que põem em causa o direito à língua materna dos povos, e o direito ao acesso às línguas cultas do mundo, e especialmente do quadrante cultural a que se pertence.

Se em organizações brasileiras, timorenses, dos PALOP em geral e portuguesas a língua oficial interna passar a ser o inglês, o que acontecerá (admoestação, despedimento ?) se um funcionário invocar a Constituição (formal ou material) e usar apenas a sua própria língua, a língua oficial nacional ? Não estamos a falar de ficções...

E não é de certo modo deprimente ver que em Universidades destes países parece haver já aulas obrigatoriamente em inglês, não em cadeiras dessa língua ou cultura (o que faz todo o sentido), mas em aulas de outras matérias, sem que, por exemplo, haja sequer um único falante desse idioma como língua materna, ou até como língua de comunicação ? E para estrangeiros, nos Países lusófonos, não se deveria promover que falassem o Português, só em casos extremos nos conformando nós com outro idioma como língua-veículo ? Sem prejuízo, é claro, de casos excepcionais...

No recente Congresso Mundial de Filosofia do Direito, em Belo Horizonte (julho de 2013),² das quatro palestras que fizemos apenas a que decorreu no colóquio especificamente brasileiro estava prevista para ser em português. Na verdade, falámos em inglês em duas: numa em que a esmagadora maioria dos presentes eram brasileiros e de língua castelhana e noutra em que havia na sala apenas uma professora inglesa, sendo todos os restantes brasileiros. Permitiram que traduzíssemos para português o texto inglês que levávamos (na verdade, fizemos dele um resumo) numa terceira sessão, em que todos eram lusófonos ou falantes do castelhano. O Presidente da Associação Argentina de Filosofia do Direito, simpático, falou em português na variante brasileira, em hora dos anfitriões. Gostei do gesto.

¹ QUEIROZ, Eça de — *A Correspondência de Fradiques Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (1.^a ed., 1900).

² *XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy. Human Rights, Rule of Law and the Contemporary Social Challenges in Complex Societies*, Campus of the Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 21 to 26 July 2013.

Mas meditemos: quando no Brasil a língua oficial é ainda o inglês, para onde vamos nós?

Por outro lado, é culturalmente empobrecedor que a única língua estrangeira que se aprenda seja o Inglês. Tal é um claro retrocesso relativamente ao que, por exemplo em Portugal e nas suas então “províncias ultramarinas”, ocorria há cinquenta anos atrás, e mesmo mais, quando no Liceu e mesmo nas escolas técnicas se aprendia tanto o Inglês como o Francês. E mesmo no ensino industrial e comercial não se aprendia de “faz de conta”, mas para saber mesmo. Com inspeções a sério e de grandes vultos.

O nosso quadrante linguístico é o latino, e a França a *capital do Espírito*, como um dia proclamou um grande intelectual alemão.³ Por isso, a monomania do inglês está a custar-nos já uma questão de identidade e de acesso a um manancial inesgotável de cultura (além de negócios, para os que por eles se interessam). Evidentemente que o ideal seria conhecer as grandes línguas do mundo. Os lusófonos cultos não precisam sequer de estudar para entenderem e se fazerem entender em Castelhana ou em Italiano. Mas ao aprenderem Alemão, é toda uma outra família de línguas que se lhes abrem, e depois o Russo, o Árabe, e o Chinês ou o Japonês. Já não falamos na enorme importância das línguas antigas, mas não mortas, línguas de cultura essenciais, como o Latim, o Grego clássico e o Sânscrito.

De qualquer forma, como nem todos podem ser políglotas, ao menos não tivéssemos culturalmente retrocedido, retirando ao Português o seu lugar, e abolindo o Francês.

Mas quando falamos em Inglês, pergunta-se: mas que Inglês? Esperemos, realmente, que o Inglês que se esteja a ensinar sirva não apenas para língua de turista, consumindo *fast-food*, mas para ir ao encontro da grande Cultura anglo-saxónica, de que somos aliás tão devoto que pertencemos a um grupo de leitura de Literatura desse idioma, com reuniões periódicas. Porque as línguas, se não forem pontes para as culturas respetivas, poderiam com vantagem ser substituídas por um qualquer esperanto sem alma.

A língua nacional (qualquer língua: o caso não é só nosso) precisa, antes de mais, de proteção pelos respetivos poderes públicos. Por isso é fundamental uma política internacional da Língua. No caso lusófono, deveria haver uma política concertada dos vários países que a nossa Língua falam. Que a nossa Língua pensam, e que a vivem, afinal.

³ E v. entre nós também o título de TRIGUEIROS, Luís Forjaz — *Capital do Espírito*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1939. Cf. ainda o nosso livro *Lusofílias. Identidade Portuguesa e Relações Internacionais*, Porto, Caixotim, 2005.

É deprimente ver o que gasta e o que investe (são coisas diferentes) Portugal comparado com outros países (a Espanha e a França, desde logo ; nem falemos da Alemanha...) na difusão da sua Língua e Cultura no estrangeiro. Felizmente, a Língua Portuguesa tem o Brasil, que desenvolve políticas de difusão, existindo em São Paulo, significativamente, o original e luminoso Museu da Língua Portuguesa, e espalhando-se pelo mundo professores brasileiros de português. No Brasil há também, por exemplo, a grande revista « Língua Portuguesa ».

Ainda não há muito o escritor Adolfo Gonsalves lançava uma campanha para dádivas de livros portugueses à Rússia, onde brasileiros fomentam o conhecimento da « última flor do Lácio ».

Obviamente que na política da Língua, de um lado e do outro do Atlântico não ajuda nada a *rezinguice* com que alguns atacam o Acordo Ortográfico, esquecendo-se que o Português é para o Povo e não apenas para elites que saboreiam diferenças como frutos exóticos, e que é até vexatório haver três versões em português da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Poucos em Portugal sabem, mas a aversão ao Acordo ocorre simetricamente dos dois lados do Oceano que nos deveria unir e que, com calúnias, com remoques, com acintes, só separa. Longe, muito longe, de ser uma degradação de um Português pretensamente “puro”, e de uma subserviência ao colonizado (há em muitos um preconceito colonialista tardio), o Acordo é uma fórmula discutível, é certo, mas prática, de se uniformizar a escrita, embora com muitas exceções – decerto demasiadas – ainda. Uma das mais ridículas críticas ao Acordo, em Portugal, é por exemplo dizer-se que os Portugueses passariam a escrever “facto” sem “c”. Pura mentira. Essa é uma das situações em que cada país mantém a sua ortografia.

Quando invocam o « abasileiramento » do Português de Portugal, uns, ou o « imperialismo colonialista » *lusitano*, outros, esquecem que essa unificação (apesar de tudo ainda com muitas exceções) é um dos trunfos de afirmação conjunta da nossa Língua comum no Mundo. E se cuidassem do que, realmente, se passa com a subalternização do português como língua cultural e de comunicação ?

Há regras internacionais estranhas. Há burocracias que chegam a ser desprestigiadas, outras espelho da situação a que já se chegou.

Em candidatura a programa patrocinado superiormente, de candidato de país latino para instituições de países diferentes com línguas latinas, o conselho é que se escreva em inglês ; a menos que todos tenham a mesma língua... A verdade é que, provavelmente, se se permitisse a utilização de outra língua, nem todos se entenderiam.

E um dia, para recebermos em Portugal livros que publicámos no Brasil, tivemos de preencher impressos em Inglês. Quando dois países realmente *unidos pela Língua*, enredados em burocracias entre si, usam uma língua terceira, algo está podre no reino *da Dinamarca...*

II. Padronização da Comunicação da Investigação, logo, Padronização da Investigação

Um dos exemplos mais notórios de perda de identidade nacional, e de perecimento de identidade das instituições académicas dos vários países, é a tendência que faz que compitam não consigo mesmas, para se superarem por ideais próprios, mas, pelo contrário, lhes inculca padrões e sonhos de alcançar metas alheias. Essas tendências, quando interiorizadas e difundidas nas instituições, inevitavelmente as colocam em níveis inferiores nas notações internacionais, porque autoavaliando-se e pautando-se por metas, conceções e modelos estrangeiros, alguns que lhe são profundamente alheios. O que pode começar em horários e calendários escolares, grelhas e regulamentos, e acaba na Língua em uso nas aulas e nos trabalhos académicos. Assim como nas normas para a sua elaboração. As externas e, ainda pior, as internas, as que moldam uma *forma mentis*.

É óbvio que é raríssimo haver autores que consigam exprimir em língua não materna o que o seu espírito dita. Não há tantos Joseph Conrad assim (na verdade, nasceu como Józef Teodor Konrad Korzeniowski). Podem traduzir-se, mas nem sequer serão eles mesmos.

Admitimos que em ciências muito duras e muito puras a questão linguística tenha menos significado, e que a formalização simbólica mais universal da matemática ou da química possa suprir o abismo das conotações. Em humanidades, em ciências sociais, é muito complicado competir com quem fala a língua bebida no leite materno. Sempre o estrangeiro fará figura de meteco, falará como bárbaro, e será depreciado no seu valor. Basta um sotaque, mesmo no próprio país, para a reputação cair uns tantos degraus. Basta o penteado, ou a qualidade da gravata, dos brincos, ou do colar...

Quem não se lembra do astrónomo turco do *Príncipezinho / Pequeno Príncipe*?⁴ As roupas *à la turca* o perderam. Com roupas ocidentais, foi placidamente aceite na comunidade científica. O problema é que a língua – *casa do ser* diz Heidegger – é muito mais profunda que as roupas.

⁴ SAINT-EXUPÉRY, Antoine de — *Le Petit Prince*, ed. de Paris, Gallimard, 1987.

Impor uma única língua, e para mais uma língua globalizada pode ajudar a comunicação superficial, mas não é de molde a preservar identidades, nem a captar subtilezas. A dispersão das línguas no episódio da torre de Babel é por alguns considerado um mal. Mas é um bem: permitiu pluralismo cultural também.

O contrário pagar-se-á: pensaremos todos pela mesma cabeça. E já se começam a ver os resultados dessa homogeneização.

Quem não escreve ou não publica os resultados das suas pesquisas, e quem não pesquisa em absoluto, não sente o problema com que finalizaremos esta breve chamada de atenção ainda muito impressionista e nada sistemática: a formatação da escrita científica ou padronização da comunicação da pesquisa.

Os próprios jornais diários já têm livros de estilo, por vezes pesados volumes. Contudo, nunca se escreveu tão mal nos jornais, em geral. Escreve-se pior, tendenciosamente, manipuladoramente, em muitos casos.

Os mecanismos de avaliação, a pessoas e instituições, impõem a formatação do que se publica. E as normas já foram por outros denunciadas na sua inaplicabilidade a todos os terrenos, a todos os países, etc.

Sempre lembro o exemplo de “Deus”, que seria obviamente muito mal classificado como professor ou pesquisador. Não passa um só dos requisitos, que me lembre... Escreveu um só livro, sem referees, não foi em inglês, não pode gaver edições realmente atualizadas, etc. Também não fez pós-docs.,etc.

Mas há coisas simplesmente de bradar aos céus.⁵

Como avaliar alguém pelo número de páginas em revistas, esquecendo-se que há tamanhos de letra diferentes, espaços diferentes, margens diferentes e mesmo formatos de revista diferentes...? E o que interessa, realmente, maior número de páginas?

Como parificar capítulos em livros com livros inteiros? Para fomentar a colaboração entre autores? Ou para que se *parta o pão em pequenino*, e se pulverize a mensagem

⁵ E não é só em Portugal. Cf., recentemente, PEREIRA MENAUT, Antonio-Carlos — *La Ética Protestante y el Espíritu de Brad Gregory*, in "Dereito", n.º 22 (2013), máx. p. 477, onde nomeadamente se afirma: "Por el camino que va la universidad española, será difícil que produzca libros como éste, por falta de tiempo, por sobrecarga docente, por sobrecarga burocrática, por forzarnos a perseguir acreditaciones y sexenios, porque se valóran más los artículos de una revista indexada que los libros, por falta de reposo, de ideas, de financiación...".

que normal e logicamente caberia num livro em uma dúzia de artigos de um autor, misturados com os de outros autores?

Depois há normas mais subtis... A obrigatoriedade de referências bibliográficas, por exemplo. É lógico que no geral é estranho um artigo científico sem elas... Mas pode haver casos... Alguém que estuda um assunto pela primeira vez, que descobre algo, pode ser tentado a colocar uma falsa bibliografia só para preencher o requisito, quando o que interessa no seu trabalho é o documento que encontrou, a escavação que fez com êxito, a experiência em que descobriu algo.

Há normas que obrigam a que cada artigo de um autor não repita a bibliografia dos anteriores, ou que um artigo não tenha intertextualidades mentais sequer (temáticas) com as suas teses académicas – com medo de que haja multiplicação dos pães e chover no molhado, com publicação de chá fervido. Penalizando-se a revisitação de trabalhos anteriores, o progresso é cortado. Não se volta a temas antigos e sempre se borleteará de nova flor em nova flor.

Há avaliadores que vão imediatamente ver as datas dos estudos citados, interpretando que, se no trabalho não houver muitas datas modernas, o autor teria estacionado no tempo. Esquece-se que todas as regras admitem subversão. Que pode haver necessidade de visitar estudos anteriores do mesmo autor, ou publicar os mesmos para outros públicos (noutras línguas, noutros países). E que certos temas não têm sempre cultores que escreveram ontem. Pode mesmo haver escassez real de fontes atuais. Ou ainda, sobretudo tratando-se de autores ou temas mais clássicos, pode o pesquisador contemporâneo ter querido estudar as obras originais, sem intermediação de comentadores e epígonos, etc., etc. Obviamente aqui são mais penalizados os estudos e seus autores que navegam nas águas das Humanidades.

Outra mania é a da descoberta. Válida para a farmacologia, para a medicina, para a arqueologia... Mas não válida para disciplinas que são sobretudo preservadoras, e que mais vêem outras conexões dos mesmo objectos (novas interpretações) que propriamente objectos novos. E inovar em artes plásticas não é inovar em cirurgia ou em engenharia...

Também as formas de citação são propensas a problemas. Citar uma edição de Aristóteles do ano passado resulta, na fórmula de referência intratextual em “(Aristóteles, 2014)”, não será um anacronismo? E na Grécia deve soar pior ainda... De que Aristóteles de estará a falar? O próprio autor do texto se pode chamar Aristóteles...

Depois, os métodos sintéticos e intratextuais de citação não são fáceis para captar matizes. Se quisermos citar uma referência de segunda mão, o “*apud*” era muito útil. Entre parêntesis, dizer que Fulano diz isto, mas quem diz que ele o diz é Beltrano, põe problemas. E pior ainda se soubermos tudo das edições de um e outro, e quiser-

mos, por rigor académico, explicar que não pudemos consultar o original (por inacessibilidade material), embora tenhamos a total e completa notícia das fontes... Num rodapé, tudo tem espaço para se explicar. Dentro do texto, encavalitado, sufoca e faz perder o leitor.

Mas pior que tudo – temos livros em que experimentámos já os vários métodos, e sempre se encontra uma forma de tornear as talas da burocracia: isso é que é libertador – é outra coisa.

O pior é um clima de funcionalismo, de conformismo, que ameaça a liberdade académica (*libertas docendi, ius docendi*) e a criatividade universitárias. É a pessoa que quer a *babá* para toda a vida, e se acolhe às normas cada vez mais rígidas e constrangedoras da Universidade para não ter de viver a vida lá fora.

No sentido de confundir funcionalismo com emprego estável, isso praticamente acabou (e muito mal), com o neoliberalismo imperante: em muitos países, o universitário já tem um emprego muito descartável, inseguro, e com uma carreira perigosa, íngreme, traiçoeira, penosíssima, invulgarmente longa... E até há pouco em Portugal nem com direito a subsídio em caso de desemprego. Foi das primeiras, se não a primeira, inconstitucionalidade por omissão detectada em Lisboa.

O grande problema é que, como bem viu Jean Laund, se pode perfeitamente cumprir com escrúpulo (mas obviamente sem brilho) as apertadas e exigentes normas para publicar, seguir o manual de estilo de livros e artigos, citar convenientemente, fazer resumos e palavras chave, escrever com a estrutura retórica reclamada por extensas instruções e advertências aos potenciais autores... e afinal não dizer nada, nem nada de novo, nem nada de importante. Nem fazer uma coisa importantíssima que todo o trabalho universitário teria que ter: que o autor se colocasse todo no que faz, mostrando a sua cultura, a sua sabedoria, a sua subtileza, a sua prudência. É certo que para cumprir aquelas regras todas o candidato a autor penou muito. Mas que vão sacrifício para tão escasso resultado!

E outro problema gravíssimo é o da censura, do controle do conteúdo sob pretexto de controle de qualidade. O que está a acontecer com a “caça aos dicionários”⁶ impondo a correção política, e a perseguição por processos ou defenestração mediática de alguns jornalistas que ousam afastar-se dos preconceitos do nosso tempo é perigosíssimo. É a liberdade de opinião e de expressão que estão em causa, e evidentemente a qualidade científica. Porque se o pesquisador ou o professor estiverem permanentemente com medo de desagradarem aos inquisidores de turno (ainda que

⁶ PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa — *Temporada de Caça ao Dicionário*, “Língua Portuguesa”, Ano 7, n.º 78, abril de 2012, p. 38 ss.

subtis e tecnocráticos), não farão senão aulas psitacistas, cinzentas e cautelosíssimas, e escreverão coisas redondas e inexpressivas: por defesa.

Passará e já se passa a escrever para produzir papel, não como uma exigência que venha do fundo da alma.

Para se obter títulos, e nem sempre com estritos fins académicos, também se escreve demais.

A partir do momento em que, por exemplo, a reforma de Bolonha impõe que qualquer estudante, afinal para a sua (futura) vida profissional de burocrata ou profissional liberal, ou outra que seja, precisa de fingir que é pesquisador e tem de fazer tese, tudo está subvertido.

Mesmo as teses de licenciatura foram abolidas, há décadas, certamente pela mediocridade crescente que foram apresentando, com a democratização do ensino.

A verdade é que se se pode aumentar o número de universitários, e se, como de algum modo disse Santos Neves, a universidade será algo no séc. XXI como a escolaridade primária obrigatória nos sécs. XIX e XX, e se, com uma seara enorme de universitários, naturalmente mais vocações de pesquisadores existem, não se pode porém subverter a natureza humana e obrigar a que todos sejam exímios sábios e fazedores de teses. Esperemos que a moda não pegue no Brasil. Porque as más teses, como a má moeda, matam as boas...

E o resultado é o abaixamento imparável do nível, com um turbilhão infernal em que certos professores, como aquele menino holandês, tentam ir fazendo as teses aos seus orientados, como quem procura travar o rebentamento do dique com um dedo.

III. Conclusão

Os exemplos brevemente enunciados correspondem a uma preocupação cultural única: a de que se mantenha a identidade dos povos, dos países, das culturas que os fazem. Não se trata sequer de invocar o “direito à tradição”, que também existe, e que bem foi desenvolvido, por exemplo, por Francisco Puy.⁷ É apenas do direito à cultura, que deve também presidir à política universitária e à política do nosso Idioma.

⁷ PUY, Francisco — *Derechos Humanos*, Santiago de Compostela, Imprenta Paredes, 3 vols., 1985.

Hoje as políticas culturais deixaram já de ser fruto de improvisos e do real arbítrio dos mecenas estatais, que beneficiariam estes em vez daqueles. Há cada vez mais regras, conceitos, uma ciência das políticas culturais em gestação.⁸ É nesse contexto e em diálogo com vários produtores de sentidos e de expressão cultural, além de com os especialistas mais académicos nas várias dimensões da cultura, que se terá que ter uma política cultural em união e sintonia com um Direito da Cultura, e, nos casos mais específicos, Direitos Linguísticos e Direitos da Universidade.

Em qualquer dos casos, tudo ganha Portugal em articular essas políticas com o mundo Lusófono. Mas para isso necessita de mais humildade e mais diálogo com as autoridades dos Países respetivos, e também maior compreensão dos fenómenos culturais e universitários respetivos.⁹ Há em alguns universitários e políticos uma pose ainda imperial, que pode custar-nos o que custou a nossa inábil política de ensino na Abissínia.¹⁰

Foi para nós um choque ver o anúncio de que o Brasil não mais privilegiaria a atribuição de bolsas de estudantes universitários para Portugal, ao que se disse precisamente por causa de falarmos a mesma Língua...

⁸ Cf., v.g., COELHO, Teixeira (org.) — *Dicionário Crítico de Política Cultural*, 2.^a ed., revista e ampliada, São Paulo, Iluminuras, 2012.

⁹ Cf., para alguns desenvolvimentos, a nossa conferência *Saberes d'Aquém e de Além Mar. Fazer a Ponte*, conferência no âmbito do colóquio Luso-Brasileiro “A Informação Jurídica na Era Digital”, organização conjunta da Universidade do Porto e da Universidade Fluminense, proferida na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 24 de Fevereiro de 2011, publicado in *A Informação Jurídica na Era Digital*, org. de Ricardo Perlingeiro, Fernanda Ribeiro, Luísa Neto, Porto, Afrontamento, 2012.

¹⁰ VISCONDE DE SOVERAL — *Memoria ácerca dos Portuguezes na Abyssinia*, Porto, Typographia do Comercio do Porto, 1894, p. 6.